



## DESTAQUES DE BRASÍLIA

- Crise no MEC ([+detalhes](#))
- Aprovação na Câmara do piso salarial nacional para os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias ([+detalhes](#))
- Governo estuda alívio de 15 dias para pagar IPI e redução maior de alíquotas ([+detalhes](#))
- Reforma tributária do Senado (PEC 110/2019) teve votação adiada novamente na Comissão de Constituição e Justiça ([+detalhes](#))
- Filiação de Geraldo Alckmin ao PSB ([+detalhes](#))
- Aumento na produção de petróleo ([+detalhes](#))
- Propostas de mudança na política de preços da Petrobras ([+detalhes](#))
- Movimentações da Terceira Via ([+detalhes](#))

### Crise no MEC

O Ministério da Educação atravessa uma crise desde que veio à tona a existência de um balcão político para liberação de verbas do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação). Segundo prefeitos, o balcão era operado pelos pastores **Gilmar Santos e Arilton Moura e priorizava a liberação valores para gestores próximos a eles e a prefeituras indicadas pelo centrão**. A prioridade aos indicados dos pastores foi confirmada pelo próprio ministro da Educação, Milton Ribeiro, em áudio revelado pela Folha. O ministro movimentou-se ontem para tentar permanecer no cargo. Orientado pelo Palácio do Planalto, ele concedeu entrevistas para se explicar e buscou o apoio da bancada evangélica no Congresso. O procurador-geral da República, Augusto Aras, pediu ao presidente da Corte, ministro Luiz Fux, a abertura de um inquérito para apurar se pessoas sem vínculo com o MEC atuavam para a liberação de recursos do FNDE. O pedido ao STF foi realizado depois de a PGR receber ao menos 6 representações solicitando a apuração de suspeitas de tráfico de influência. **A ministra do STF Carmen Lúcia será a relatora do inquérito que investiga.** ([Folha](#) / [Valor](#) / [Poder 360](#))

### Piso salarial nacional para os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias

A Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (23), em dois turnos, a Proposta de Emenda à Constituição **(PEC) 22/11, que prevê um piso salarial nacional de dois salários mínimos (R\$ 2.424,00 em 2022) para os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias a ser bancado pela União**. A PEC segue para o Senado. O orçamento de 2022 prevê o uso de R\$ 800 milhões para o pagamento do piso das categorias deste ano, que passou de R\$ 1.550 (2021) para R\$ 1.750. Existem cerca de 400 mil

agentes no Brasil. A PEC determina que os recursos deverão constar no orçamento geral da União com **dotação própria e exclusiva** e, quando repassados, seja para pagar salários ou qualquer outra vantagem a esses agentes, **não serão incluídos no cálculo para fins do limite de despesa com pessoal dos estados**, do Distrito Federal e dos municípios. Apesar de não haver estimativas oficiais, **técnicos do Congresso apontam que o reajuste deve representar um aumento das despesas da União de aproximadamente R\$ 3,7 bilhões por ano**. Importante não confundir essa PEC com o [PL 2564/20](#) que estabelece o piso salarial nacional do Enfermeiro, do Técnico de Enfermagem, do Auxiliar de Enfermagem e da Parteira. O PL teve o requerimento de urgência aprovado no dia 22 e vai ser votado diretamente no plenário virtual. O impacto do PL do piso da enfermagem é estimado entre R\$ 16 e 18 bilhões por ano.. ([Agência Câmara de Notícias](#) / [Valor](#))

[PEC 22/2011](#) - Piso salarial nacional para os agentes comunitários de saúde e de combate às endemias

SITUAÇÃO	CASA INICIADORA	ONDE ESTÁ	PRÓX. PASSOS	CARACTERÍSTICAS
Em tramitação	Câmara	Aprovada em 2 turnos na Câmara. Aguardando envio ao Senado Federal	<ul style="list-style-type: none"> <li>- No Senado, a votação também depende de uma maioria de 3/5 dos senadores (49) em dois turnos.</li> <li>- <b>PECs precisam ser aprovadas por consenso</b>, ou seja, modificações substanciais no texto fazem com que ela volte para a outra Casa.</li> <li>- <b>Não há veto presidencial</b></li> </ul>	Acrescenta parágrafos ao art. 198 da Constituição Federal, dispondo sobre a <b>responsabilidade financeira da União, co-responsável pelo SUS, na política remuneratória</b> e na valorização dos profissionais que exercem atividades de agente comunitário de saúde e de agente de combate às endemias.

### Governo estuda alívio de 15 dias para pagar IPI e redução maior de alíquotas

Além de passar de **25% para 35% a redução das alíquotas do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI)**, o Ministério da Economia estuda **aumentar em 15 dias o prazo para o pagamento do imposto**. Atualmente, a quitação do tributo deve ser feita, na maioria dos casos, em até 25 dias do mês seguinte ao de ocorrência dos fatos geradores. Caso a medida seja aprovada, o prazo passará para **40 dias**. A possibilidade de aumentar o corte do IPI foi apresentada ao ministro da Economia, Paulo Guedes, por empresários do setor de indústrias e passa pela exclusão da lista de beneficiados pela medida os produtos produzidos na Zona Franca de Manaus. **O aumento de prazo para o pagamento de impostos não depende do Congresso e passa por uma decisão do Ministério da Economia**. A Receita Federal, entretanto, não é favorável à medida, que tem potencial para afetar a arrecadação de impostos. (Broadcast)

### PEC 110/2019 sobre a reforma tributária

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) não se reunirá nesta semana, adiando mais uma vez a análise da reforma tributária (PEC 110/2019). Segundo a assessoria do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), os senadores pediram pelo adiamento depois de não chegarem a um acordo sobre o texto. ([Poder 360](#))

[PEC 110/2019](#) - PEC da Reforma Tributária

SITUAÇÃO	CASA INICIADORA	ONDE ESTÁ	PRÓX. PASSOS
Em tramitação	Senado	Em análise a admissibilidade na Comissão de Constituição e Justiça do Senado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Votação do texto na CCJ</li> <li>- Análise e votação do conteúdo em Comissão Especial, a ser criada</li> <li>- No Plenário do Senado, a votação depende de uma maioria de 3/5 dos senadores (49) em dois turnos</li> <li>- No Plenário da Câmara, a aprovação depende dos votos favoráveis de 3/5 dos deputados (308), em dois turnos de votação.</li> </ul> <p><b>OBS:</b> PECs precisam ser aprovadas por consenso. Não há veto presidencial</p>

### Filiação de Geraldo Alckmin ao PSB

O ex-governador de São Paulo Geraldo Alckmin se filiou oficialmente ao PSB em evento com tom de campanha eleitoral. O lançamento da pré-candidatura de Lula ao Palácio do Planalto só deve ocorrer no fim de abril. **É importante lembrar que as convenções partidárias ocorrem a partir de 20 de julho. Após a confirmação pelos partidos/federações, o registro da chapa deve ser encaminhado ao TSE até o dia 15 de agosto. É só depois do registro que de fato os políticos se tornam candidatos oficialmente.** ([TSE](#) / [Valor](#))

### Aumento na produção de petróleo

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, anunciou nesta quarta-feira (23) que o Brasil deverá **aumentar este ano a produção de petróleo em cerca de 300 mil barris por dia, ou 10% do volume produzido nacionalmente.** Em janeiro, segundo dados da Agência Nacional do Petróleo (ANP), o país produziu média de 3,032 milhões de barris diários. A informação foi dada pelo ministro em reunião ministerial da Agência Internacional de Energia (AIE), em Paris, com o intuito de “ajudar na estabilização do mercado internacional de petróleo”. ([Valor](#) / [CNN](#))

### Propostas de mudanças na política de preços da petrobrás

A Câmara dos Deputados analisa várias propostas de estabilização dos preços dos combustíveis e do gás de cozinha, sem concordância sobre um novo modelo. O **PL 4995/16 propõe uma nova fórmula matemática para reajuste trimestral de gasolina, óleo diesel e gás de cozinha** e está em regime de urgência na Câmara. Outros PLs prontos para a votação no Plenário da Câmara **fixam o preço do gás de cozinha em 4% sobre o salário mínimo** (PL 1578/20) e cria a **política nacional de redução dos preços de gás de cozinha para uso residencial por consumidores de baixa renda** (PL 2588/19). ([Agência Câmara de Notícias](#))

## Movimentações na Terceira Via

**Simone Tebet (MDB-MS) disse que não será candidata a vice-presidente caso seja preterida como cabeça de chapa da aliança MDB, PSDB, União Brasil e Cidadania.** Tebet afirma que disputará a reeleição ao Senado. A ideia do MDB, entretanto, é avaliar o desempenho de Simone Tebet até junho, quando entrará em rede nacional uma série de inserções com o nome dela. Somente após esta etapa é que o partido topará discutir um nome único para o "centro democrático". **Eduardo Leite deve anunciar hoje se permanece no PSDB ou se filia ao PSD.** O governador do RS não conseguiu emplacar um nome na eleição estadual. Há inclusive pressão para que Leite seja candidato à reeleição e quebre sua promessa de não ter um segundo mandato. O cenário visto como mais provável, hoje, por correligionários é de uma **renúncia de Leite no próximo dia 2 de abril.** Caso isso se concretize, ele poderia tentar voltar à corrida presidencial (o que sempre foi sua preferência) numa composição com outros partidos que negociam com os tucanos. Outra hipótese que também não é descartada seria disputar uma vaga ao Senado e até na Câmara — diante da debandada na bancada tucana, o partido vai precisar de puxadores de votos. ([Valor](#) / [O Globo](#))

### Lorena Laudares



Mestre em Ciência Política

[lorena.laudares@orama.com.br](mailto:lorena.laudares@orama.com.br)

As informações contidas neste material têm caráter meramente informativo, não constitui e nem deve ser interpretado como solicitação de compra ou venda, oferta ou recomendação de qualquer ativo financeiro, investimento, sugestão de alocação ou adoção de estratégias por parte dos destinatários. Este material é destinado à circulação exclusiva para a rede de relacionamento da Órama Investimentos, incluindo agentes autônomos e clientes, podendo também ser divulgado no site e/ou em outros meios de comunicação da Órama. Fica proibida sua reprodução ou redistribuição para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento expresso da Órama.